



Rio de Janeiro, 07 de abril de 2008

Ao
Major Brigadeiro Oswaldo Terra de Faria
Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos – CEBRES
Av. Marechal Câmara, 233 Bloco A – 2º andar
Castelo/ RJ
Nesta

Assunto: *Encaminhamento de artigo técnico e apresentação de palestra*

Prezado Sr Oswaldo,

Apraz-nos encaminhar ao CEBRES, o artigo intitulado “Petróleo – A Orquestração e seus Reflexos”, de autoria do exploracionista João Victor Campos, nosso associado e colaborador.

Por se tratar de um tema atual e em defesa do interesse nacional, solicitamos a sua prestimosa colaboração no sentido de divulgá-lo no âmbito dos Clubes Militares caso achado conforme.

Aproveitamos o ensejo para propor também a apresentação da palestra “A Província do Pré-Sal – A Última Fronteira”, pelo autor do artigo, neste CEBRES, em data e hora de sua conveniência.

Desejando votos de continuado sucesso frente ao CEBRES, aguardamos vosso pronunciamento.

Cordialmente,

Diomedes Cesário
Presidente da AEPET



PETRÓLEO - A ORQUESTRAÇÃO E SEUS REFLEXOS

*João Victor Campos

geólogo / geofísico aposentado da Petrobrás

Não há argumento convincente para a manutenção dos leilões das bacias sedimentares brasileiras.

Temos uma das maiores reservas de petróleo do mundo, no chamado Pré-Sal das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, graças a uma situação geológica única com que a natureza nos brindou na separação dos continentes africano e sul-americano. No estágio de golfo (bacia restrita), durante a chamada transição Barremiano-Aptiano, uma espessa camada de sal se depositou sobre os sedimentos continentais da fase rifte*, preservando destarte as rochas geradoras e os reservatórios.

**rifte = fissura crustal ocasionada por esforços distensionais*

Dominamos, como ninguém, a tecnologia para a exploração em águas profundas e ultraprofundas. Já desenvolvemos a tecnologia necessária para ultrapassar a barreira representada pela espessa camada de sal e testar os reservatórios abaixo situados. Temos pessoal técnico qualificado e dinheiro. A Petrobrás, no ano passado, teve lucro de cerca de 29 bilhões de reais. Não precisamos de sócios e/ou parcerias. Então porque cargas d'água continuar com esses famigerados leilões da ANP.

Na 9ª Rodada de Licitações, a última realizada, o Presidente Lula tendo tomado conhecimento do potencial da área do Pré-Sal e do evento do Tupi, em reunião Extraordinária realizada no dia 8 de novembro de 2007, do CNPE _ Conselho Nacional de Política Energética – e sendo da competência deste órgão, propor medidas que visem preservar o interesse nacional, fez retirar 41 blocos que seriam ofertados nas 3 bacias supra-citadas, principalmente aqueles integrantes dos setores SS AUP 2 e SS AUP 3, da Bacia de Santos, onde se encontram os campos de Tupi, Carioca e outros, numa área com risco geológico mínimo.

Todavia, esta situação é apenas temporária, pois a ANP já anunciou que irá retomar os leilões, tanto dos blocos da 8ª como os da 9ª rodadas, tomando como base legal o Art.4 da Resolução do CNPE, que diz: “Determinar ao MME que avalie, no prazo mais curto possível, as mudanças necessárias no marco legal que contemplem um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural, aberto pela descoberta da nova província petrolífera, respeitando os contratos em vigor” . Ou seja, o governo não quer parar com os leilões. Trata-se de um grande equívoco, diria mesmo um crime de lesa-pátria que prejudicará tremendamente as gerações futuras que pagarão a conta.

A reserva do Pré-Sal, abaixo do manto de sal de 800 km x 200 km, descortinada pela Petrobrás, veio coroar 50 anos de exploração e constitui a nossa tão sonhada e esperada “faja d'oro”, onde estão estimados, no mínimo, volumes da ordem de 80 bilhões de barris recuperáveis, os quais representam US\$ 8 trilhões, ao preço de US\$



100,00/barril. Isto solucionaria a nossa crônica dívida (interna e externa). Quanto à alegação de que existe muito óleo, podendo-se exportar o excedente, que seja dado então à Petrobrás, e só a esta, este direito, usufruindo o povo brasileiro das benesses advindas.

Todavia, vale lembrar que hoje, infelizmente, 60% das ações da Petrobrás não são da União Federal. Portanto, caso a Petrobrás explore o Pré-Sal, mantidas as condições atuais, estaríamos assegurando aos acionistas privados 60% dos resultados à serem alcançados. A recompra das ADRs ou outra medida que assegure a re-estatização da Petrobrás deve constar da agenda do governo federal, talvez até integrada à oportunidade de produzir o Pré-Sal.

Que interesses estão por trás disso? Como começou?

Tudo isto começou com os Contratos de Risco, instituídos no governo Geisel e que duraram 13 anos (1975 a 1988), período no qual 35 das maiores companhias petrolíferas do mundo aqui estiveram e dispuseram de 84% de nossas áreas sedimentares, por determinação superior. A Petrobrás ficou com os 16% restantes.

Os 84% da área sedimentar foram divididos e subdivididos em blocos, com todas as informações técnicas pertinentes coligidas pela Petrobrás até então e postos em licitação. Dessa maneira, as companhias estrangeiras tomaram amplo conhecimento da potencialidade da nossa geologia, aparentemente adversa, fruto da falta de resposta aos esforços da exploração, principalmente das bacias terrestres paleozóicas, as quais somavam área de cerca de 4 milhões de km².

Uma única descoberta das estrangeiras ocorreu nesse período: o pequeno campo de gás de Merluza, no litoral paulista, efetuada pela empresa Pecten, do Grupo Shell. O motivo deste insucesso deveu-se não só pela falta de resposta das nossas bacias terrestres, como também porque as companhias não investiram mais intensamente numa atividade arriscada e incerta. Enquanto que as contratantes de risco aplicaram cerca de US\$ 1,2 bilhão, a Petrobras, em igual período, investiu cerca de US\$ 20 bilhões.

Vai daí a atitude tomada pelas empresas estrangeiras, que pode ser resumida na entrevista que o então presidente da Shell do Brasil, concedeu ao Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1995, quando alegou “que não interessavam à Shell, por exemplo, negócios nos moldes dos contratos de risco assinados pelo governo com várias empresas na década de 70”.

Já nessa altura, conhecedores do potencial das bacias terrestres e sabedores de que, quem detinha conhecimento técnico de causa era a Petrobrás, só entrariam na atividade de exploração onde a estatal entrasse. Concluíram que os 16% retidos por esta tinham muito maior potencial geológico que os 84% a elas oferecidos.

Fatores determinantes:

A dívida externa brasileira, que atingiu a marca de 240 bilhões de dólares no ano



de 2000, remonta aos tempos da independência do país, enquanto que a **dívida interna** só veio a se caracterizar no governo de Fernando Henrique Cardoso. FHC a recebeu em R\$ 62 bilhões e a deixou em R\$ 941 bilhões, tendo ainda pago de juros no período de 8 anos mais de R\$ 600 bilhões. Chegou-se ao cúmulo de se elevar os juros de 46% e até 48% ao ano, um verdadeiro crime de lesa-pátria.

O agrupamento de economistas do governo FHC, que arruinou a nação tendo à testa Pedro Malan e Armínio Fraga, este então presidente do Banco Central do Brasil, inventaram uma tal “âncora cambial”, na qual um real era igual a um dólar, como se Brasil e EUA fossem economias iguais e/ou países com a mesma força econômica. Esta insanidade, foi mantida por longo tempo.

O governo mantinha uma paridade artificial forçada, que custava muito (vide os juros acima) e que levou o país à bancarrota, de tal maneira que se viu forçado a pedir um empréstimo de emergência de 40 bilhões de dólares junto ao FMI. Este, por orientação do então Presidente dos EUA, Bill Clinton, emprestou esta quantia, não antes sem impor exigências tais como a “flexibilização” da Lei do Petróleo e a criação das tais agências reguladoras. Ou seja, a situação mostrou-se adequada para que se impingissem as tais agências reguladoras, verdadeiros quistos na administração pública, à semelhança das americanas, uma maneira dos EUA controlarem a exploração das nossas riquezas em benefício próprio.

Resumindo, trocamos as nossas riquezas por um EMPRÉSTIMO.

Em termos de petróleo, exemplo semelhante ocorreu no México, entre 1990 e 2003, quando este país viu-se também na contingência (causada por má administração e corrupção) de ter que recorrer ao FMI, atrás de um empréstimo de US\$ 40 bilhões (seria coincidência ?). O Presidente Bill Clinton ordenou ao FMI, em 1995, bem antes do governo Lula, que procedesse a transação, não sem antes exigir como garantia o controle das exportações de petróleo daquele país. Aparentemente, concomitante com o empréstimo brasileiro, só que neste caso exigiram um pouco mais: todas as nossas riquezas.

Como resultado, as reservas mexicanas que atingiam 56,37 bilhões de barris em 1990, passaram a cair vertiginosamente a partir de 1995, passando de 50,78 bilhões a 12,62 bilhões em apenas 8 anos. Durante todo este tempo, o México figurou como o 2º maior exportador de óleo para os EUA, só perdendo para a Arábia Saudita.

O PRI, antigo partido mexicano da situação, usou estes dados para acusar o governo Vicente Fox de dar prioridade à exportação para obtenção de lucro a curto-prazo, adotando uma política de aceleração da produção de óleo em detrimento do interesse nacional em aumentar as reservas.

Será que não foi este exemplo (exportação) que o Presidente Lula adotou, no início do seu governo, para obter dinheiro a curto-prazo?

Antes do governo Lula, o Presidente Clinton usou o mesmo expediente para tirar não só o petróleo, como as demais riquezas do Brasil. Já tinha a bem sucedida experiência com o México.



A propósito, escreve o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seu notável livro “Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes”, Contraponto Editora Ltda, 1ª edição, abril de 2006, à página 269:

“A estratégia dos Estados Unidos para sua *atuação no centro* do sistema se fundamenta, em primeiro lugar, em reforçar uma base territorial *continental* pela integração econômica subordinada dos países do Hemisfério à economia americana, pela administração informal das economias dos Estados subdesenvolvidos, em especial da região, por meio das agências internacionais, e pela *imposição* de regimes democráticos liberais, formais e midiáticos para reduzir as migrações e deslegitimar o exercício do direito de rebeldia das maiorias contra a opressão econômica e a dominação estrangeira”.

Bem que a ANP poderia ser chamada de AIP(Agência Internacional do Petróleo). Ainda mais tendo em seus quadros a figura de um diretor alienígena, o Sr. Nelson Narciso, oriundo da diretoria da Halliburton / Angola. Condiz mais com as suas seguidas tentativas de prejudicar a Petrobrás e/ou entregar as nossas reservas às empresas estrangeiras. Mas, não foi só a “flexibilização” do setor petróleo que ocorreu. A intervenção foi estendida para as áreas de mineração (lembrar a “venda” da Vale do Rio Doce), telecomunicações, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica etc.

Constava desta pauta, ainda, a privatização da Petrobrás, a qual não se efetivou pela grita geral contrária, que fez com que o presidente FHC recuasse. À época, correram boatos de que este teria sido também advertido pelas forças armadas, para que não incorresse neste erro.

Mas a partida foi dada: o Sr. Armínio Fraga foi aos EUA (1998), por ordem de FHC, levando 36,7% das ações ADR da Petrobrás com direito a voto, para vendê-las, sub-repticiamente na Bolsa de Nova York. Foi num fim de semana, e não se viu nenhum destaque na imprensa sobre este grave fato. Passou despercebido pelo povo brasileiro. Hoje, já somam 60% as ações da Petrobras em mãos de investidores (40%, ADRs vendidas na Bolsa de Nova York e 20% à acionistas privados com ações compradas em Bolsas do Brasil). Também a presença da Fundação Petros, atrelada solidariamente à Petrobrás, foi outro fator impeditivo. Os pretensos compradores só comprariam a Petrobrás se esta se livrasse da Petros.

Aliás, grandes esforços foram feitos nesse sentido: a colocação de dois banqueiros na Presidência da Petrobrás, os srs. Henri Philippe Reichstul e Francisco Gros, foi um deles. O primeiro quis impor o famigerado plano PPV e tentar a mudança da razão social da Petrobras para Petrobrax, enquanto o segundo (atual presidente da OGX) fechou, ilegalmente, o Plano Petros de previdência. Em suma, os FHCs, Reichstuls, Malans, Gross e Fragas, foram excelentes administradores contra os interesses nacionais.

Essa arquitetura política delineada no governo FHC foi, muito provavelmente, idealizada no exterior, com a complacência de forças políticas internas, para permitir a transferência de muitas de nossas riquezas.



A lição aprendida pelas companhias estrangeiras nos 13 anos dos Contratos de Risco levaram os idealizadores (tanto internos como externos) da “abertura”, a urdir um plano que permitisse *di visu*, o diagnóstico das áreas mais favoráveis para a ocorrência de hidrocarbonetos, dentro da imensidão das áreas sedimentares brasileiras. Sim, não poderiam se permitir um novo fracasso.”Vamos fazer então com que a Petrobrás, concededora de causa e efeito, nos faça isto”, devem ter pensado.

Para tanto, o governo federal, através do MME, alertou a Petrobrás, em 1995, de que se aprestava a “flexibilizar” o monopólio estatal, a criar as agências reguladoras e que, a partir daí, a empresa passaria a concorrer em igualdade de condições com as demais contratantes. Todavia, reconhecia os esforços e investimentos por ela realizados durante os 44 anos de vigência do monopólio e, por isso mesmo, nada mais justo do que permitir que requeresse as áreas sedimentares que lhe interessassem.

O que fez a Petrobrás?

Entre 1995 e 1997, a Petrobrás colocou praticamente todo o seu corpo técnico na pesquisa e seleção das áreas mais promissoras, em todas as bacias sedimentares brasileiras de maior potencial. A Lei 9.478, promulgada em 6 de agosto de 1997, determinou que a Petrobrás deveria submeter à ANP seu programa de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo. A mesma lei estipulou o prazo de um ano para que a ANP avaliasse a validade desse programa da Petrobrás e lhe outorgasse contratos de concessão para as áreas em que a empresa satisfizesse os requisitos legais.

O programa foi entregue ao MME em 15 de outubro de 1997, antes da instalação da ANP, que ocorreu de fato somente em 19 de janeiro de 1998. Os dados foram enviados pela Petrobrás na forma de 391 relatórios, correspondendo às seguintes aplicações: 133 para áreas de exploração, 52 para áreas de desenvolvimento e 206 relativos a áreas de produção. A avaliação ou análise desses programas esteve a cargo da UFBA (Universidade Federal da Bahia, na parte da exploração) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, na parte de desenvolvimento de campos e produção).

As 133 áreas ou blocos para exploração achavam-se distribuídas em 21 das 29 bacias sedimentares brasileiras (terra e mar), num total de 610 mil km², abrangendo um programa para o triênio outubro/1997 a outubro/2000, consistindo, entre outros, na perfuração de 246 poços exploratórios em prospectos definidos pela Petrobrás. Que maravilha! A Petrobrás havia indicado não só as melhores áreas das 21 bacias de melhor potencial, como também os prospectos passíveis de perfuração, tudo dentro de cerca de 10 % do total das áreas sedimentares brasileiras. Quer melhor seleção do que esta? E mais, na Bacia de Santos a Petrobrás requisitou 8 blocos, sendo que um deles, o BS 300, já continha delineada pela sísmica, as estruturas do BS 10 e BS 11, com propostas para perfurar pioneiros visando o Pré-Sal. No BS 11, foi onde se deu a descoberta do Campo de Tupi.

Para a análise dos blocos de exploração, a UFBA contratou um grupo de geólogos e geofísicos, aposentados e egressos da Petrobrás (o autor fez parte desse grupo).

A primeira leva de relatórios de análise dos prospectos (67 ao todo) enviados ao



MME em fins de dezembro de 97 retornou com ordens para se mudar a frase final pertinente a cada relatório. Onde estava “o bloco deve ser cedido à Petrobrás conforme requerido”, deveria constar “trata-se de um prospecto exploratório definido”. Ou seja, ficava caracterizada a intenção de retirar da Petrobrás o direito de recorrer à Justiça, no caso de se sentir prejudicada no seu requerimento. O golpe foi bem dado e a ANP já tinha o que queria.

A chamada Rodada Zero da ANP, consolidada em agosto de 1998, definiu a participação da Petrobrás no novo cenário criado após a promulgação da Lei 9478/97. A partir dos relatórios de análise (UFBA e UNICAMP), foram assinados Contratos de Concessão entre a ANP e Petrobrás, sobre 115 blocos exploratórios e áreas em desenvolvimento em que a empresa houvesse realizado investimentos. Isto quer dizer: dos 133 blocos requeridos originalmente para exploração, foram retirados (ou devolvidos) 18 blocos para a ANP. É provável pois que blocos da Bacia de Santos tenham ficado de fora e entre estes, o bloco BS 300. Se foram devolvidos devido à cláusulas contratuais, então acho que a Petrobrás e seus sócios não avaliaram corretamente a escala gigante das possíveis descobertas e “devolveram picanha pensando que era osso”.

A ANP então dividiu estes blocos em blocos menores (Cluster Blocks), tomando a designação de BS 1, BS 2, BS 3,.....,etc., e os começou a oferecer já na 2ª Rodada de Licitações (ano de 2000 – os blocos BS 8, 9, 10, e 11).

A Petrobrás (50%), conhecedora do potencial, arrematou desta feita em consórcio com a Chevron(25%)e BG (British Gas)(25%), os blocos BS 10 e BS 11, contíguos e “clusters” do BS 300. No BS 10, encontra-se a locação originalmente mapeada e requerida pela Petrobrás. Com a saída da Chevron, a Petrobrás ficou com 15% e a portuguesa Petrogal com 10%. A composição do Consórcio ficou então: Petrobrás 65%, BG 25% e Petrogal 10% .

O primeiro poço perfurado foi no Bloco BS 10, na LOC BS 300A (hoje esta sigla já mudou), numa estrutura representada por um grande Alto Estrutural com 1;060 km² de fechamento, conhecido hoje como Prospecto Paraty. Por se tratar de uma nova fronteira exploratória (nunca se havia perfurado em estrutura situada abaixo de espessa camada de sal (2.000 m), além de uma lâmina d’água de 2.000 m+); estudos e equipamentos especiais tiveram que ser produzidos, o que acarretou longo atraso no início da perfuração, que só se deu em 2005.

Este primeiro poço no BS 10, descobriu óleo de boa qualidade (~30ºAPI) a 6.290 m de profundidade, em reservatório carbonático com *net pay** de 90 m. Infelizmente, dificuldades técnicas com a perfuração, impediram a realização de teste conclusivo e o poço foi abandonado temporariamente. Seguramente, deverá haver um retorno à este prospecto, tão logo estas dificuldades sejam superadas. **net pay* = seção ou somatório das seções do reservatório saturadas com petróleo e/ou gás.

Mas, repita-se: o poço descobridor de óleo na seção Pré-Sal, é este do Prospecto Paraty, do BS 10, anunciado com estardalhaço pelo Jornal do Brasil, de 6 de setembro de 2005, sob o título “Achado histórico no fundo do mar”.



O segundo poço testou a estrutura de Tupi, no BS 11, contíguo ao BS 10, com descoberta de óleo leve, em estrutura idêntica, com área de 800 km², porém com *net pay* menor (67 m de espessura?). Um poço de extensão situado à 8 km do descobridor confirmou a grande extensão do reservatório e confirmou os resultados obtidos com o teste de avaliação do primeiro, o que permitiu a estimativa de uma reserva da ordem de até 8 bilhões de barris.

É de se especular; se uma estrutura de 800 km² (BS 11) com reservatório de 67 m de espessura de *net pay* possui reservas de possíveis 8 bilhões de barris, quanto deverá ter a mais uma estrutura de 1.060 km², com reservatório com *net pay* de 90 m (BS 10)?

----- /// -----

Por sua vez, as forças armadas pagaram caro. FHC não só acabou com os ministérios das três armas, substituindo-os por Comandos, mas a partir de então promoveu seu progressivo sucateamento. Chegou-se ao ponto de não se dispor de verba que garantisse o mínimo de efetivos militares em atividade contínua, condicionando-os a só comparecerem duas ou três vezes por semana, por falta de rancho nos quartéis.

Praticamente, esta “desmoralização” das forças armadas não estaria atrelada à intenção da entrega das nossas riquezas? O enfraquecimento das tropas não seria intencional para impedir qualquer possível reação a este *status quo*.

E a gente pega a matutar: como fica a defesa da Amazônia, tão cobiçada atualmente? Com as forças armadas intencionalmente debilitadas? Não dá para desconfiar que, por trás de tudo isto, exista um plano bem elaborado por forças externas, com convivência interna, para a tomada das nossas riquezas?

A intenção de privatizar a Petrobrás continua, traduzida na venda de 60% das suas ações (40% ADRs, com direito a voto, na Bolsa de Nova York), e na tentativa de se livrar da Petros, para melhor remunerar os seus investidores estrangeiros.

Só quem tem a obrigação de mudar a Lei e toda a estrutura perversa é quem está no momento no poder. Deixar tudo como está é criminoso – crime de lesa-pátria .

O Presidente Lula acenou que pode vir a tomar uma atitude mais drástica (e desejável), quando fez com que o CNPE retirasse os 41 blocos da 9ª Rodada da ANP. Tomara que assim seja.

VAMOS TODOS A LUTA PARA EXIGIR A CPI DAS PRIVATIZAÇÕES E O TÉRMINO EM DEFINITIVO DOS LEILÕES DAS NOSSAS BACIAS SEDIMENTARES